

INTEGRAÇÃO E LUTAS SOCIAIS NO CAMPO: NOTAS PARA DEBATE*

*Cândido Grzybowski**
Nelson Giordano Delgado****

- 1 – É preciso reconhecer que o crescimento da economia brasileira, a partir do final dos anos 60, e a modernização da agricultura que o acompanhou representaram um processo de socialização crescente da atividade produtiva e das relações sociais no campo. Essa socialização é estimulada pela crescente articulação da agricultura à agroindústria, ao sistema financeiro e aos mercados interno e externo e expressa-se pelo surgimento de diferenciadas formas de integração e de exclusão dos produtores e trabalhadores rurais.
- 2 – A socialização do trabalho agrícola significa que os trabalhadores e produtores estão hoje inseridos numa divisão do trabalho e numa organização social mais complexas e que sua reprodução não é definida autonomamente. Nesse sentido, a questão da socialização coloca imediatamente a problemática da integração, entendida como expressão de relações sociais em que os diferentes produtores e trabalhadores rurais se confrontam com o conjunto de agentes da sociedade em vários níveis e esferas de ação: produção—circulação de bens e serviços; financiamento; distribuição da renda e riqueza; organização social; representações e identidade; poder e políticas do Estado.
- 3 – A integração, entendida como confronto, implica as idéias de tensão e luta, de diversidade de formas e, no limite, a possibilidade de marginalização e expulsão. Dessa perspectiva, o fundamental é o entendimento e a avaliação dos interesses e forças sociais que condicionam esse processo e definem, então, as **formas concretas** de integração e exclusão.

*Este texto foi escrito para discussão no Grupo I: Organização Social dos Produtores e Trabalhadores Rurais e as Alternativas de Desenvolvimento do Setor Agrícola, coordenado por Cândido Grzybowski, do Seminário Franco-Brasileiro de Cooperação Técnico-Científica para a Agricultura realizado em Curitiba de 26 a 29 de novembro de 1985.

**Professor e Pesquisador do IESAE/FGV.

***Professor e Pesquisador do CPDA/UFRJ.

- 4 — No caso brasileiro, o caráter autoritário e conservador da intervenção do Estado pós-64, a preservação da estrutura de poder no campo, e a acelerada expansão industrial associada à internacionalização da economia levaram a que o processo de modernização agrícola dos anos 70 exacerbasse, por um lado, a subordinação aos interesses agroindustriais e financeiros dos segmentos de produtores e trabalhadores rurais que se integraram e, por outro, a marginalização e/ou expulsão dos não integrados. A crise recente da economia não criou, mas revelou e dramatizou essa situação.
- 5 — A diversidade de reivindicações e lutas no campo é expressão de modo como os trabalhadores e produtores rurais vivem e respondem às formas concretas de integração e exclusão a que foram submetidos. Dessa forma, tendem a, diferenciadamente, construir sua identidade política e suas formas de atuação e organização. Através dos movimentos sociais, ao transformarem a sua situação em elemento de ação comum, desenvolvem as suas organizações e constituem-se em atores políticos, definindo, assim, sua capacidade de confronto com o conjunto de forças e interesses que condicionam sua integração econômica e política.
- 6 — É possível agrupar os diferentes movimentos sociais no campo em grandes blocos: as lutas contra a marginalização e expulsão (resistência, ocupação, acampamentos, contrabarragens, etc.) e as lutas contra a subordinação e exploração (preços, crédito, política agrícola, salários, direitos, etc.). O elemento de unidade e o sentido político dessas diferentes lutas são dados pela luta por **novas formas** de integração, as quais apresentam um duplo caráter: novas formas econômicas e técnicas e novas formas políticas, de organização e participação democráticas. Isso significa que é necessário tanto reestruturar as relações sociais e a base técnica da produção agrícola (reforma agrária, condições de financiamento e preços, tecnologias apropriadas, etc.) como, sobretudo, fortalecer e ampliar a capacidade de intervenção dos trabalhadores e produtores rurais na defesa de sua cidadania e de seus interesses e na definição da política econômica e social do Estado.
- 7 — Sem dúvida, a subordinação, a marginalização e a expulsão a que foram submetidos grandes contingentes de produtores e trabalhadores rurais nas várias regiões do País tornam a reforma agrária uma necessidade. Os movimentos existentes revelam as várias dimensões a serem consideradas e as dificuldades de viabilizar técnica e politicamente um projeto dessa natureza.
- 8 — Já começa a existir clareza de que uma reforma agrária restrita à questão fundiária não dá conta de que as relações de propriedade da terra são apenas um dos elementos definidores da organização social no campo e das formas de integração do trabalho agrícola. Na verdade, o que está em questão é o conjunto de relações sociais envolvidas: fundiárias, produção—circulação, financeiras, tecnológicas, etc. Portanto, uma estratégia de reforma agrária não pode cair na armadilha de separar a questão agrária da política agrícola, ou seja, de conceber um setor reformado independentemente da dinâmica dos setores já integrados. Para atender aos interesses do conjunto de produtores e trabalhado-

res rurais — e, dessa forma, conquistar uma base política de sustentação superior —, a reforma agrária deve resolver a questão das novas formas de integração, não contribuindo para aprofundar a separação hoje existente — e cara aos conservadores — entre integrados e excluídos.

- 9 — No entanto, nas ações e propostas concretas, os movimentos e as organizações — assim como, curiosamente, o próprio Estado — ainda distinguem e separam as lutas pela terra e as outras lutas, em especial a luta pela política agrícola, só a primeira concebida como luta pela reforma agrária e as outras como luta contra a subordinação. Em vista da reforma agrária, portanto, há uma tarefa prática de apoiar e desenvolver experiências concretas que unifiquem os aspectos da questão e forneçam elementos para um projeto mais amplo de reforma, tecendo suas forças políticas de sustentação:
- 10 — O sentido político e as alternativas de desenvolvimento contidos nos movimentos sociais no campo devem ser vistos no contexto da socialização do trabalho agrícola, da maior integração de ramos e setores de produção e dos agentes da sociedade como um todo. Com a profunda crise econômica e social dos anos 80, ao mesmo tempo em que se aguçam as tensões e lutas, estão sendo gestadas as bases econômicas e tecnológicas de um novo padrão de acumulação a partir das estratégias dos setores dominantes.
- 11 — Em uma economia oligopolizada e internacionalizada, a reestruturação econômica tende a ser dirigida pelo poder de grandes grupos, dada sua capacidade de pesquisa e geração de tecnologia, seu controle de mercado e sua organização industrial, financeira e comercial. Uma das possibilidades reais é a retomada de um processo de acumulação que, sob outras formas, subordine e exclua contingentes ainda maiores de produtores e trabalhadores rurais.
- 12 — Outras **alternativas de desenvolvimento** da agricultura passam a depender, então, das possibilidades políticas dos produtores e trabalhadores rurais, de suas lutas por **novas formas de integração**, das alianças e solidariedades que forem capazes de construir no campo e na cidade, de modo a fortalecê-los diante dos grupos dominantes e a alterar a política do Estado e o tipo de inserção da economia brasileira na economia mundial.
- 13 — As condições reais de intervenção dos trabalhadores e produtores rurais estão sendo dadas pelas experiências concretas de luta sindical, de formação e desenvolvimento de cooperativas e por novas iniciativas de produção, comercialização e organização social. Nesse sentido, não se trata de afirmar a proeminência ou a exclusividade de quaisquer dessas experiências, mas sim de reconhecer e avaliar seus limites e alcances, seus erros e potencialidades, tendo em vista sua contribuição diferenciada para o fortalecimento e ampliação do poder efetivo dos produtores e trabalhadores rurais e a definição de novas formas de integração—socialização. Cabe, assim, detectar as várias experiências, analisar tanto os movimentos e organizações como as reações que desencadeiam, acompanhar e apoiar as novas iniciativas, estimular a troca, etc.